



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MICHELE APARECIDA DE MENDONÇA

**A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO CONTO
OS LAÇOS DE FAMÍLIA, DE CLARICE LISPECTOR**

Itabaiana/SE
Fevereiro/2015

MICHELE APARECIDA DE MENDONÇA

**A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO CONTO
OS LAÇOS DE FAMÍLIA, DE CLARICE LISPECTOR**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao Curso de Graduação em Letras, da
Universidade Federal de Sergipe, como requisito
parcial à aprovação no componente curricular.

Orientadora: Professora Doutora Vilma Mota Quintela

Itabaiana/SE
Fevereiro/2015

É necessário abrir os olhos e perceber as coisas boas dentro de nós, onde os sentimentos não precisam de motivos nem os desejos, de razão.

Clarice Lispector

Dedico este trabalho a minha família e filho, incentivo e apoio, sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela constante presença em minha vida, e por nunca permitir que eu desistisse de meus objetivos.

A minha família que é o referencial de minha vida, sem vocês não sou nada.

A Luzinete pela amizade, disponibilidade com a qual sempre me ajudou.

A professora Rafaela Félix, pelo incentivo, e pela disponibilidade.

Aos professores e colegas de curso, muito agradeço pela troca positiva de experimentação e por todas as pertinentes colaborações.

Minha especial gratidão a todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente nesta trajetória com participações afetivas.

A todos os meus amigos, meu muito obrigada. Amo muito vocês.

RESUMO

Neste trabalho, com base em uma reflexão sobre a história do casamento no ocidente, levando-se em conta, sobretudo, o lugar da mulher no contexto familiar contemporâneo, desenvolve-se um estudo sobre a representação da mulher no conto “Os Laços de família”, que integra a coletânea *Laços de família* (1ª ed., 1960), de Clarice Lispector. A partir de uma análise dos conflitos que estruturam o drama familiar vivido pelas personagens, procura-se refletir sobre a configuração do feminino na narrativa, tentando-se estabelecer um paralelo entre o universo ficcional em questão e a realidade histórica com a qual o conto estabelece relações de correspondência. Para tanto, tomar-se-á como referenciais teóricos, dentre outros, estudos de crítica literária e textos da área da sociologia e da história cultural, que nos permitem pensar a relação entre literatura e sociedade, bem como refletir sobre as transformações históricas que concorreram para a redefinição dos lugares sociais da mulher na contemporaneidade.

Palavras-chave: Laços de Família, Clarice Lispector, Representações do Feminino.

ABSTRACT

In this work, based on a reflection on the history of marriage in the West, taking into account, above all, the place of the woman in modern family life, it develops a study on the representation of women in the story *Os laços de família* which integrates the collection *Laços de família* (1st ed., 1960), Clarice Lispector. From an analysis of the conflicts that structure the family drama experienced by the characters looking to reflect on the female configuration in the narrative is attempting to establish a parallel between the fictional universe in question and the historical reality that makes the correspondent relationship with the tale. To do so, it will be taken as theoretical references, among others, literary criticism studies and sociology area texts and cultural history, which allow us to think the relationship between literature and society, as well as reflect on the historical transformations that contributed to redefine the social places of women in contemporary society.

Keywords: *Laços de família*, Clarice Lispector, Feminine Representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O UNIVERSO FEMININO NA OBRA DE CLARICE LISPECTOR.....	14
1.1. VIDA E OBRA DA AUTORA.....	14
1.2. OS LAÇOS DE FAMÍLIA: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES.....	17
2. BREVE HISTÓRIA DOS DIREITOS E DEVERES FEMININOS.....	22
2.1. A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER NO CASAMENTO.....	22
2.2. A MULHER OCIDENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: DESDOBRAMENTOS.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho, a ser apresentado, tem como finalidade discorrer acerca de concepções relacionadas às representações do feminino sob a ótica literária, enquanto possibilidade de recriação/reinvenção da realidade, principalmente no aspecto familiar. Apresentaremos também como ponto essencial, na tentativa de evidenciar um entrelaçamento entre literatura e realidade, a mulher dentro do conflito opressão/liberdade, uma vez que trataremos também de questões importantes que surgiram no cenário brasileiro e mundial a respeito de algumas conquistas feministas.

Para um melhor entendimento a respeito do tema em questão, o trabalho será didaticamente dividido em duas partes: A primeira terá uma breve biografia da autora Clarice Lispector em que será apresentado um panorama da história de vida dessa autora, mostrando sua importância para literatura brasileira, além de inserção de suas obras no universo feminino e familiar. A própria autora Clarice Lispector pode nos servir de exemplo de mulher lutadora e objetiva, já que sempre esteve à frente do seu tempo, surgindo no cenário brasileiro na década de 40, com uma literatura própria e autônoma, considerada por muitos como a melhor escritora. Sobre Clarice muito se pode dizer sobre os perfis femininos em sua obra, porém é preciso dar um recorte objetivo e mostrar na obra *Laços de família*, como a mulher é vista em sua essência, dentro de um contexto familiar.

Em seguida, será analisado o conto *Os laços de família*, da autora acima mencionada, mostrando como essa literatura, sendo de autoria feminina, serve para desconstruir determinados paradigmas sociais e sua importância na construção desse feminino, considerando a personagem Catarina e as relações desta com os outros personagens.

O conto *Os laços de família* traz um cenário cheio de ironias e conflitos familiares, de forma que, no decorrer da narrativa, o leitor vai percebendo pequenas nuances estabelecidas (algumas vezes nas entrelinhas) da opressão vivida por Catarina, personagem principal do referido conto, principalmente no campo familiar, ora mostrada nas suas relações com a mãe, ora acentuada em suas relações com seu marido. Como podemos perceber no trecho seguinte:

Durante as duas semanas da visita da velha, os dois mal se haviam suportado; os bons-dias e as boas-tardes soavam a cada momento com uma delicadeza cautelosa

que a fazia querer rir. Mas eis que na hora da despedida, antes de entrarem no táxi, a mãe se transformara em sogra exemplar e o marido se tornara o bom genro. "Perdoe alguma palavra mal dita", dissera a velha senhora, e Catarina, com alguma alegria, vira Antônio não saber o que fazer das malas nas mãos, a gaguejar — perturbado em ser o bom genro. "Se eu rio, eles pensam que estou louca", pensara Catarina franzindo as sobrancelhas. (p. 64).

O simples ato de rir foi suprimido por conta do que eles pensariam a respeito de Catarina. Se iam ignorar, se iam se ofender. Ela percebe (assim como o leitor) a ironia do momento, mas contém seu riso e qualquer comentário que possa estar vinculado àquela situação. Catarina é apenas uma das muitas mulheres que vive em um mundo totalmente subjugada, seja em um casamento desinteressante, seja em conflitos familiares, ainda que apresentados de forma sutil. Na verdade, o que vem marcar todas essas questões de relacionamento, é a forma como se comporta a mulher diante de certas situações ou questionamentos.

Não é de agora que a mulher vem ganhando destaque no campo literário, vem sendo representada na sociedade como uma força em evolução. Reconhecer que a mulher é um ser humano integral e que, apesar de ser, “diferente do homem”, pode conviver com ele muito além da relação de mando e obediência, abre caminho para uma humanidade mais justa, em que mulher tem direito igual ao do homem.

Poderíamos, também, falar de vários pontos tidos como forma de opressão da mulher, porém será ressaltado, principalmente, no que se refere ao perfil da mulher na literatura, a representação feminina no já mencionado conto Os laços de família.

A Mulher atual vai além de classe, cor, estilo, raça, batalhadoras e decididas, sendo capaz de enfrentar tudo e a todos a fim de realizar seus ideais. Uma eterna lutadora em busca de seu espaço, e que vem conquistando-o ainda mais. Ultrapassa limites impostos pelos homens e pela sociedade em que vivem. Vários papéis sobre as conquistas das mulheres vêm sendo mostrados através de cargos na política, na saúde, na educação.

Após a análise desse conto, veremos as contribuições de cada uma dessas personagens, principalmente Catarina; teremos um pouco mais de clareza a respeito de quem é a mulher na atualidade, uma vez que muitas mulheres deram suas vidas para que a mulher atual pudesse estar hoje desfrutando do espaço que tem, sendo ela uma mulher de múltiplos talentos e personalidade.

Nesse conto é possível observar as relações entre mãe e filha, marido e mulher, e por fim mãe e filho, essas personagens são representadas de forma a tentar evidenciar o vazio que se tem de comunicação entre os mesmos. O início do conto dá-se com a mãe, Severina, e filha Catarina, dentro de um taxi, com destino à rodoviária, onde Severina voltaria para casa, após ter passado duas semanas na casa de sua filha, com seu genro e neto. Após a ida da mãe, Catarina começa a fazer o caminho de volta pra casa, retomando seu jeito firme de caminhar, porém agora Catarina estava modificada e parecia que as coisas estavam ao seu alcance.

Na segunda parte, será enfocada a evolução feminina na sociedade atual, dentro de um contexto histórico e familiar, ressaltando seus problemas, suas dificuldades, seus valores e conquistas, direitos e deveres, tomando como base um pouco da história do casamento.

Temos conhecimento de que vivemos em uma civilização androcêntrica, ou seja, centrada na figura masculina, embora percebamos que houve muitas mudanças a favor das mulheres ao longo dos tempos. Os direitos, deveres, aspirações e sentimentos das mulheres se encontravam subordinados aos interesses masculinos, ou seja, ao sistema de relações sociais, que garante a dependência da mulher em relação ao homem.

Dessa forma, o casamento seria uma das situações em que se pode perceber esse referencial de opressão (ou de liberdade), já que pode ser visto das duas formas: como liberdade para alguém que deseja sair do domínio dos pais; e como opressão, quando está desgastado e sem perspectivas. Há diversas formas de se encarar um casamento, e é lamentável que apesar de tantas mudanças, ainda haja tantas mulheres submissas, suportando seu casamento, por apenas uma questão de sobrevivência. Por outro lado, outras buscam o casamento como uma escada para sua ascensão social.

Ainda no segundo capítulo, no tópico seguinte, buscaremos falar a respeito de alguns desdobramentos, alguns ‘divisores de águas’ na vida das mulheres, uma vez que, por um bom tempo, manteve-se uma sociedade patriarcalista, em que há regras pré-determinadas para o comportamento feminino. No entanto, é possível dizer que a mulher, apesar de muitas mudanças, ainda está sujeita a algum tipo de dominação, hoje talvez menos que antes.

Nos dias de hoje, a profissionalização feminina é um pré-requisito indispensável para toda mulher que quer ir além do casamento ou da maternidade. Ter seu próprio dinheiro e um espaço individual é condição essencial para a mulher viver a sua identidade, ao contrário de antes em que os tradicionais papéis femininos eram unicamente o de mãe e dona-de-casa e a

educação era voltada para somente para os homens.

Apesar de toda revolução feminina, a mulher ainda passa por diversos problemas, talvez bem menos que antes, que vão se dissipando de forma lenta. Sabemos que na constituição existe uma lei que aponta “homens e mulheres com direitos iguais”, entretanto na prática não é bem assim, porque as mulheres continuam sendo lesadas, de alguma forma.

De acordo com Débora Carvalho em, em A cidadania feminina houve em nossa sociedade um processo de reconhecimento com relação à cidadania feminina, ou seja, a mulher na busca por seu reconhecimento como cidadã em ambientes públicos. Para a autora esse reconhecimento se deu a uma consequência do afloramento dos movimentos feministas. Pois esses movimentos, “surgiram para que a desigualdade de gênero fosse amenizada, para uma maior emancipação das mulheres, que viam sendo oprimidas ao longo da história” (Carvalho 2011, pag.148). Como visto, as mulheres conquistaram alguns direitos, e um espaço no mercado de trabalho, dentre essas conquistas o direito ao voto.

A mulher nos dias de hoje, vive ainda com muitas dificuldades, porém continuam se rebelando contra as tradições, elas hoje fazem suas escolhas, encara seus problemas e arriscam soluções que nem sempre contam no manual feminino. A mulher atual quer que a sociedade reestude seus mecanismos de forma a abrigar-la por inteiro, em suas múltiplas capacidades, já que ainda a mesma ainda é vítima de machismo, e lutam para ter estabilidade financeira, autodeterminação, e amor próprio, só assim dessa forma, será possível perceber a grande evolução feminina que vem surgindo há algum tempo. A liberdade da mulher, hoje, é fato comprovado tanto na área profissional, como na social ou familiar. O sexo feminino considerado o frágil já é símbolo de força.

Autores como Elódia Xavier, Gilberto Freyre, Georges Duby, Alina Paim, Débora Carvalho entre outros compuseram o quadro de teóricos pesquisado para desenvolver esse trabalho. Esses pressupostos teóricos serviram de base para construção da análise, cujo objetivo é mostrar os aspectos representativos do feminino na obra de Clarice Lispector, mas precisamente no conto Os laços de família.

1. O UNIVERSO FEMININO NA OBRA DE CLARICE LISPECTOR

1.1. VIDA E OBRA DA AUTORA

A obra de **Clarice Lispector**, é de grande contribuição na Literatura Brasileira está, sobretudo na produção de um romance introspectivo ,é possível reconhecer sua escrita indefinível, ou como uma mistura de prosa, confissão, discursos internos e poesia.

Nascida em Tchetchelnik na Ucrânia, em dia 10 de dezembro de 1920 sob o nome Haia Lispector-seu primeiro nome mudaria depois para Clarice, forma que os pais encontraram para escapar da perseguição empreendida aos judeus, fato que ocorrera com os outros integrantes da família. Seus pais, Pinkouss (Pedro) e Mania Lispector (Marieta).

A família Lispector veio para o Brasil, em março de 1922, para a cidade de Maceió, onde Zaina a irmã da mãe de Clarice já os esperam com outros parentes. Viveram lá aproximadamente uns três anos e meio, logo depois foram para Recife, e se instalaram no bairro Boa Vista, reduto da comunidade judaica.

Em seus textos é possível perceber que a escritora tem uma forte identificação com o povo nordestino. Antes dos sete anos, Clarice já inventava histórias, começou a ler e escrever muito cedo, e aos 19 anos publica seu primeiro conto “Triunfo”. Ela iniciou seus estudos na escola João Carvalho e sua vida de escritora, iniciou-se ainda no ginásio. Foi considerada uma escritora nata. Formou-se em direito, mas não advogou e sobrevivia basicamente do jornalismo, sendo assessora dos trabalhos de tradução.

Em 1968 teve grande sucesso como entrevistadora, na revista Manchete, onde assinava com o nome “Diálogos possíveis com Clarice”. Essa atividade de jornalismo levou Clarice a conviver com o meio intelectual e literário do Rio de Janeiro na década de 40. A partir desse período, faz amizades que o acompanharam por toda a vida, como Fernando Sabino e Lúcio Cardoso.

Quando Clarice Lispector surge na literatura brasileira, em 1943, com a publicação do romance “Perto do coração selvagem”, pela editora A Noite, é retratada uma visão interiorizada do mundo da adolescência. Esse romance é recebido pela crítica com espanto e

ao mesmo tempo admiração, sendo comparado ao moderno romance lírico. Nesse mesmo período, podemos dizer que as conquistas do movimento feminista brasileiro já estavam consolidadas.

Clarice destaca-se pelo uso de uma escrita fragmentada, fortemente intimista e metalinguística. Antônio Cândido foi uma das primeiras e mais importantes vozes a saudar o romance da Clarice “Perto do coração selvagem”.

Cândido (1970) cita em um de seus artigos que teve verdadeiro choque ao ler o romance de Clarice, *Perto do coração selvagem*, e que a escritora era completamente desconhecida por ele e que, em relação ao romance, se deixasse de lado as possíveis fontes estrangeiras de inspiração, permaneceria o fato de que dentro da nossa literatura é desempenho de melhor qualidade.

Seu segundo romance, o *Lustre*, foi publicado em 1946, pela editora Agir. Clarice acompanha seu marido em viagens na carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores. Conhece boa parte da Europa e tem contatos com artistas famosos. Em sua primeira viagem para Nápoles, trabalhou como voluntária assistente de enfermagem em um hospital. Morou em diversos lugares, como Inglaterra, Suíça, Estada Unida, sempre na companhia do seu esposo.

Em 10 de setembro de 1948, em Berna, na Suíça nasce seu primeiro filho o Pedro, e em 1953; nos Estados Unidos nasce o segundo, Paulo. Já em 1959 se separa do marido e volta para o Rio de Janeiro com seus filhos.

Em 1949, pública novamente pela editora A Noite, seu terceiro romance, *A Cidade Sitiada*, escrito na Suíça e 1952 publica *Alguns Contos*. A escritora passa três meses na Inglaterra, onde começa a fazer suas primeiras anotações do que viria a ser mais tarde o romance *A maçã no escuro*, o qual foi considerado o melhor romance do ano e Clarice é agraciada com o prêmio Carmem Dolores Barbosa. A paixão segundo G.H, uma das mais polêmicas e misteriosas obras da autora, é publicada em 1961, sendo que *A maçã no escuro* a fez ganhar o prêmio de melhor livro do ano de 1962; já em 1973, foi a vez do romance *Água-viva*. Os personagens desses três romances citados por ultimo são alienados e em busca de um sentido para a vida.

Ainda em 1973, publica *A Imitação da rosa* (contos) e em 1974, *A Via Crúcis do Corpo* e *A Vida íntima de Laura*, literatura infantil. *O Mistério do coelho pensante*, 1967, criado para literatura infantil, este considerado melhor livro infantil. Em 1969, lança *Uma Aprendizagem ou livro dos prazeres*, sendo agraciada com o prêmio Golfinho de Ouro e *A Mulher que matou os peixes*, literatura infantil, de 1971, *Felicidade Clandestina*, de 1973, *A hora da estrela* 1977 cuja história e título foram mantidos em segredo por algum tempo, e em 1964, *A Legião Estrangeira*, sendo o quinto livro de conto e, por fim, nosso conto trabalhado “*Laços de família*”,

Clarice e o conto *laços de família* tem como recorte ilustrativo da produção contemporânea a representação de mulher. No dia 09 de dezembro 1977, véspera de completar 57 anos, Clarice vem a falecer em virtude de complicações de complicações de um câncer no ovário, deixando dois filhos e uma vasta obra literária composta de romances, contos e crônicas.

Minha mãe já estava doente, e por uma superstição bastante espalhada acredita-se que, ao ter um filho, curava uma mulher doente. (Lispector 1999). Essa citação, extraída do livro *Aprendendo a viver*, traz essa confissão, em que se acredita que poderia salvar a mãe, se sente culpada, pois acha que lhe determinaram uma missão pra ela, e a mesma falhou. *Aprendendo a viver* é um livro que traz a autobiografia de Clarice, em que ela narra sobre sua vida, suas derrotas e conquistas.

1.2 – OS LAÇOS DE FAMÍLIA: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

O conto inicia-se com Severina voltando para casa, depois de duas semanas em que esteve visitando sua filha Catarina. Esse fato, com o desenrolar da leitura, nos dá a impressão de uma importante quebra da rotina da família de sua filha. Catarina, no conto, é apresentada como filha, mãe e esposa. Três relações conflituosas que vão sendo percebidas, quase sempre nas entrelinhas, no desenvolvimento da narrativa. Inicialmente, Catarina acompanha sua mãe Severina, de táxi, à Estação, onde então esta embarca no trem.

Em um primeiro momento do texto, é possível perceber que mãe e filha vivem um clima de tensão em sua viagem até a estação de trem. A princípio Catarina se mostra de alguma forma incomodada por conta de como seu marido e sua mãe conviveram as duas últimas semanas, desconforto este apaziguado na despedida. *Perdoe alguma palavra mal dita*, frases como essa trazem à tona a ironia contida no conto, através das ações e, nesse caso, nas reflexões da personagem principal. *Se eu rio, eles pensam que estou louca*. Até o leitor chega a ser envolvido nesse clima de ‘risadas veladas’.

Há ainda todo um desconforto entre mãe e filha que, apesar da proximidade parental, se comportam como duas estranhas. A frase recorrente *não esqueci de nada?* marca bem esse distanciamento entre elas. Em determinado momento, Catarina tem uma súbita vontade de perguntar-lhe se fora feliz com seu pai, no entanto, tudo o que consegue dizer são frases clichês do tipo *dê lembranças à titia*. Essa vontade de saber de seu pai, da relação entre Severina e ele, se tinham sido felizes nos transmite a sensação de um daqueles segredos familiares que nos intimidam e que circulam no inconsciente do grupo familiar: teria havido algum problema na relação dos pais de Catarina? Não era claro se eram felizes?

Talvez esses fossem assuntos proibidos, um segredo de família. Talvez daí nascesse parte da tensão entre mãe e filha e seu medo de ter esquecido alguma coisa: *Também a Catarina parecia que haviam se esquecido de alguma coisa, e ambas se olhavam atônitas*. Com certeza seria mais fácil para ambas apenas mencionar amenidades ou falsa preocupação em relação à outra ao mencionar *não vá pegar corrente de ar*.

Que coisa tinham se esquecido de dizer uma à outra? Um segredo familiar constitui-se através de um pacto inconsciente do grupo, o que concorda em ocultar, velar, calar a respeito de um fato real com um impacto específico e ameaçador da estabilidade psíquica desse grupo.

Há clara sugestão, por todo o texto, de que também as manifestações de amor foram veladas nessa família, como se o afeto existisse somente como um afeto calado, algo sempre

esquecido. Isso pode ser confirmado em outra parte do texto quando a freada do táxi lança a mãe contra a filha, colocando-as em contato físico mais próximo. *Catarina fora lançada contra Severina, numa intimidade de corpo há muito esquecida, vinda do tempo em que se tem pai e mãe. Apesar de que nunca se haviam realmente abraçado ou beijado.* O amor parece manifestar-se basicamente através de preocupações, como no diálogo no momento da partida do trem, onde a filha, pensando em dizer à mãe: eu sou sua filha, acaba por recomendar-lhe que não pegue corrente de ar, como se essa fosse a única forma de dizer-lhe sobre seu amor.

A preocupação como via de expressão de amor ‘velado’ também fica patente nas frequentes observações da mãe de Catarina em relação ao neto magro e nervoso. Ao mesmo tempo, essa passagem nos mostra a forma como a mãe habita a filha e como ambas interagem naquele contexto. Severina, mesmo distante, vive em Catarina, machucando-a, de certa forma, impondo-lhe responsabilidades e marcando sua identidade, sua forma de ser. Mesmo quando está ausente *sem a companhia da mãe, recuperara o modo firme de caminhar: sozinha era mais fácil*, mais fácil do que em sua presença real.

Catarina carrega a herança psicológica de sua família: em sua casa as manifestações de afeto são banidas, assim como para ela é também difícil mostrar-se afetuosa. Não podia rir, mas seus olhos estrábicos o faziam: *sempre doía um pouco ser capaz de rir. Mas nada podia fazer contra: desde pequena rira pelos olhos, desde sempre fora estrábica.* Seu marido e ela viviam em uma harmonia morna, defendendo-se do que tentavam encobrir, como expressam estas duas passagens: *talvez de tudo isso tivesse nascido suas relações pacíficas, e aquelas conversas em voz tranquila que faziam a atmosfera do lar para a criança.* Se aparentemente não havia conflitos externos, internamente Catarina morria pelo fato de que *viviam tão tranquilos que, se se aproximava um momento de alegria, eles se olhavam rapidamente, quase irônicos, e os olhos de ambos diziam: não vamos gastá-lo, não vamos ridiculamente usá-lo.*

Da mesma forma que a preocupação do esquecimento retorna e perturba a relação mãe e filha, assim como o riso inevitavelmente retorna em seu estrabismo, também na casa de Catarina há algo que corporifica e denuncia aquilo que foi deixado de lado: o filho, como um provável sintoma psíquico. É esse menino ‘sem nome’ que os lembra aquilo que deixaram de fora de suas vidas, daquilo que sempre foi não-usual: o afeto, o amor expresso.

O menino era magro e nervoso, conforme as afirmações constantes da avó, falava desconexamente, comunicava-se pouco, era frio, exato e distante. Ele era, na verdade, a representação de uma família de classe média cheia de conflitos não exteriorizados que, ao

contrário do menino que *se irritava, batia os pés, gritava sob pesadelos*, era totalmente apática, morna. Essas características podem ser observadas nas entrelinhas pelas palavras não ditas e afetos não demonstrados. O menino, preso em seu mundo singular, parece ser a herança do desejo familiar de banir emoções e sentimentos.

Podemos até pensar a respeito da escolha do parceiro de Catarina: é um engenheiro, profissão exata, técnica, além de ser um pai que nunca se preocupara especialmente com a sensibilidade do filho. Catarina, ao voltar para casa, resolve ‘revolucionar’ e levar o filho a passeio, para desapontamento do marido Antônio que, apesar de pretender estar relaxado em sua leitura, preferia tê-los em casa. Ao retornar da estação de trem, Catarina dirige-se ao quarto para ver o filho e ali demonstra seu carinho e amor de forma bastante distorcida e fria. Seu olhar terno, aliviado e amoroso para com o menino termina em movimento brusco de censura. Catarina sentia um calor bom e gostaria de prender o menino para sempre a este momento; puxou-lhe a toalha das mãos em censura: *este menino!* Ela sai em companhia do filho e o marido assusta-se, como se pressentisse o momento de liberdade que a mulher vivera. Talvez sua mulher estivesse fugindo com o filho da sala de luz bem regulada, dos móveis bem escolhidos, das cortinas e dos quadros? Foi isso o que ele lhe deu à família: organização e conforto materiais. Talvez soubesse que ela havia ultrapassado uma barreira familiar, que havia se sentido intensamente amada pelo filho, que este havia dito claramente que a amava e que os dois, mãe e filho, pudessem viver além do silêncio, que se expressassem de fato, que se amassem claramente, que sua mulher transmitisse essa liberdade ao filho: “ via preocupado que sua mulher guiava a criança e temia que neste momento em que ambos estavam fora de seu alcance ela transmitisse a seu filho... mas o quê?. Talvez a liberdade de amar, de sentir, de dizer, algo que inconscientemente tentaram banir do grupo familiar, repetindo seus antepassados.

Podemos pensar na possibilidade de que Antônio sentia essa liberdade súbita de sua esposa como uma ameaça à coesão do casal, da família, assim como qualquer manifestação de individualidade por parte dela. Preocupa-se com a harmonia da casa, não pode haver momentos individuais de alegria: ela está tomando o momento de alegria sozinha. Sentira-se frustrado porque há muito não poderia viver senão com ela. E ela conseguir tomar seus momentos sozinha. Por exemplo, que fizera sua mulher entre o trem e o apartamento? *Não que a suspeitasse, mas inquietava-se.* Em uma tentativa de resolver essa tensão desarmônica, planeja um cinema para a noite, procurando restabelecer o equilíbrio da casa, sua estabilidade inicial rompida pelo desvio de Catarina.

E assim o conto termina, deixando questões e interrogações a respeito do futuro dos personagens, tamanha a intensidade de vida que os compõem. Seria Catarina a mesma mulher depois dessa experiência libertadora?

O sistema familiar com seus conflitos e tensões é perfeitamente representados nesse conto. O casamento, enquanto instituição mantenedora da união traz, de certa forma, algum resquício da sociedade patriarcal, na medida em que Antônio aparece como o provedor da casa e a pessoa que estabelece as ‘regras e os limites’ da vida familiar. A narrativa nos leva a entender que a rotina do casal é mantida de acordo com os gostos do marido e, ao primeiro sinal de quebra desses limites, Antônio se vê preocupado, resolvendo que depois do jantar irão ao cinema. Assim a rotina se estabelece novamente e eles voltam a viver o dia, esperando a noite chegar e viver a noite, esperando um novo dia amanhecer.

Os contos de Clarice Lispector ilustram uma das características marcantes de sua obra: a condensação, que força a autora a não se alongar em excesso, evitando divagações que tomam espaços nos romances. Essa estrutura mais enxuta promove um resultado mais denso e inquietante no leitor, pois o texto não tem o tempo a seu favor e precisa atingir o alvo de forma ágil e menos hesitante. *Laços de família* não foge ‘à regra’. Apesar de ter uma estrutura condensada, seus personagens são muito intensos, conflitantes e, em alguns momentos, até contraditórios.

Desse modo, a criação literária de Clarice Lispector é marcada pela inquietação da insuficiência da linguagem e pelas difíceis relações entre mulheres oprimidas em seus restritos cotidianos e as fendas abertas por devaneios, fantasias e acasos que tornam ainda mais tensa a ordem doméstica. As marcas ideológicas e repressivas da cultura vão sendo desveladas em meio às ambiguidades das personagens, divididas entre deveres e anseios.

Cabe, ainda, para um melhor entendimento do mundo interior de Catarina, uma análise de um aspecto pautado no *corpus feminino*. Para tal compreensão, utilizaremos uma perspectiva centrada no corpo feminino à luz da obra de Elóida Xavier (2007), *Que corpo é esse?*

Que corpo é esse? o corpo no imaginário feminino estuda a representação do corpo, ou a questão da corporeidade nas narrativas de autoria feminina, a partir de tipologia, criada por Elóida Xavier com base em teorias do sociólogo Arthur Frank, sendo uma seleção de textos, romances e contos. Dada a importância que o corpo adquiriu na teoria feminina pelo viés da questão corporal, uma vez que o corpo aí representado é o corpo excluído. No livro ela desvela traços que caracterizam diferentes tipos de corpos e como estão representados na produção de autoria feminina, desde o início do século XX, até os dias de hoje. (Xavier, 2007).

A partir da citação acima, a obra de Elóida Xavier (2007) é mostrada de forma sucinta. Nela aparece um panorama da tipologia corporal das personagens existentes no imaginário feminino da literatura brasileira.

A obra de Clarice Lispector, *Laços de família* (1998), mais precisamente o conto trabalhado, *Os laços de família*, traz essa perspectiva do corpo quando menciona o desconforto sofrido pela personagem Catarina ao mostrar seu corpo ao marido, como podemos perceber no trecho: *Às vezes ele procurava humilhá-la, entrava no quarto enquanto ela mudava de roupa porque sabia que ela detestava ser vista nua. Por que precisava humilhá-la?* Vale ressaltar que esse desconforto aparece mencionado no conto em outras partes, de outras maneiras. A referência à Catarina como *um pouco pesada de corpo* talvez revele alguma causa de vergonha ou da sensação de humilhação em relação ao marido.

A obra de Clarice apresenta continuamente o jogo de submissão e domínio que ‘secretamente’ se faz no âmbito familiar, cujo objeto de dominação é o elemento feminino e que pela servidão a que foi secularmente submetida, desempenha o papel subserviente menor com uma resignação aparente, muitas vezes internalizada, hereditária que se faz no tempo, como se nenhum outro espaço além do doméstico pudesse se tornar seu objeto de desejo.

2. BREVE HISTÓRIA DOS DIREITOS E DEVERES FEMININOS

2.1. A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER NO CASAMENTO

Há muitos pontos em comum entre a história da mulher (especialmente no que se refere a seus deveres e direitos) e a história do casamento, uma vez que, em tempos não tão remotos, a mulher foi criada para ser esposa e, conseqüentemente, para a procriação e manutenção do lar. É interessante observar como os casamentos em diferentes épocas históricas aparecem com diferentes intenções, status e prioridades ao ser realizado. Eles passaram de uma simples aliança econômica entre famílias (em algumas culturas, a família da mulher oferecia um dote ao noivo), sem amor e consentimento dos noivos, para um relacionamento em que ambos procuram benefícios, tendo como pontos essenciais o amor, a sexualidade e uma estabilidade não só econômica e social como também emocional. É importante ressaltar que essa estabilidade de deu para a mulher numa proporção bastante desigual em relação ao homem, seja em relação ao tempo, seja em relação às condições profissionais ou, à afirmação da sexualidade feminina. Tudo isso, para a mulher, tem sido mais 'sofrido', mais lento, mais desafiador.

O casamento sempre foi uma das principais instituições social e, em Roma antiga, tinha como principal objetivo gerar filhos legítimos, que herdariam a propriedade dos pais. No início, não era necessária nenhuma espécie de cerimônia legal ou religiosa para que um casamento fosse considerado válido: bastava a coabitação entre um homem e uma mulher para que estes fossem considerados casados, só depois, ao longo da república, teve uma estruturação legal. Nas primeiras formas de casamento, a mulher passava da autoridade do seu pai para a do marido. A mulher não tinha qualquer tipo de direitos sobre os seus bens nem mesmo sobre a sua própria vida. Depois que esse tipo caiu em desuso, um pouco antes do fim da República Romana, a mulher permanecia sob a tutela do seu pai, poderia dispor dos seus bens e receber heranças; em caso de divórcio, o dote não ficaria por completo para o marido.

Como se vê, tanto em Roma como em outros lugares, de qualquer forma, a mulher sempre esteve sob a tutela de um homem (pai, marido, ou qualquer figura masculina familiar, na falta desses) e praticamente só tinha deveres e obediência para com eles. Não lhe era permitido ter vontades. Ela era dada ao futuro marido pelo pai, se casava por volta dos 14 ou 15 anos, seu marido podia ter (e geralmente tinha) idade suficiente para ser seu pai ou avô.

No caso de adultério feminino, seu pai poderia matá-la e ao amante, se pegos em

flagrante, sem que fosse considerado crime, ou ela poderia sofrer outras punições como a confiscação de parte do dote e de bens, o exílio para ilhas, era também obrigada a usar a toga e não poderia voltar a casar, assumindo definitivamente o estatuto de infame. O marido traído era obrigado a pedir o divórcio. No caso do homem, era-lhe permitido ter relações extraconjugais com escravas ou prostitutas, ele só era considerado adúltero se mantivesse relações sexuais com mulher casada, uma vez que seria uma afronta à honra do homem traído. Teria também como punição, a confiscação de metade dos bens e poderia ser exilado em uma ilha.

No início, apenas os homens podiam pedir o divórcio em casos específicos de adultério e infertilidade da esposa. Se ficassem viúvos, poderiam casar imediatamente. As mulheres só conquistaram o direito a pedir o divórcio no final da República em Roma. E em caso de viuvez, eram obrigadas a esperar, no mínimo dez meses para que pudessem contrair novas núpcias, a fim de assegurar a paternidade do filho em caso de gravidez do marido falecido.

Na Grécia antiga, o casamento era antecedido pela cerimônia do noivado, que era sempre uma negociação entre o pai da jovem e o noivo e que poderia ser feita vários anos antes da concretização do casamento. Juntamente com o dote, a noiva é dada ao futuro marido, “com numerário ou com investimentos que rendem juros (hipoteca, prédio de rendimentos...) ...As filhas são postas em circulação juntamente com o numerário, os filhos ficam com todos os bens aparentes, isto é, a casa de habitação e os bens de produção, terra e escravos.” (DUBY, 1990a, p. 327)

Semelhante a Roma, em Atenas apenas era punido o adultério feminino; para ser considerado adúltero e ser punido, ele teria de estar envolvido com a esposa de outro homem. O adultério feminino era punido porque era encarado como uma contestação à autoridade do marido e porque criava a hipótese de nascerem filhos ilegítimos. O divórcio consistia no simples repúdio do marido pela mulher.

Na Idade Média, com a queda do Império Romano e a expansão do Cristianismo, a Igreja Católica estende o seu poder sobre o casamento. Séculos mais tarde a Igreja institui o casamento como único espaço permitido para o ato sexual sendo este com a finalidade apenas reprodutiva. Foi Santo Agostinho, um dos primeiros teólogos da Igreja, a encarar o casamento como sacramento. Segundo Araújo (2002), foi entre os séculos XII e XIII que a sacralização do casamento aconteceu, tornando-o monogâmico e indissolúvel, tendo a igreja como local específico para a realização do ritual e a presença obrigatória de um padre para a sua condução.

Os casamentos aconteciam ainda como um negócio entre famílias, eram arranjados pelos pais dos noivos, geralmente quando estes ainda eram crianças. E uma vez celebrado o pacto, os noivos eram obrigados a cumpri-lo. Porém, a literatura revela também que havia recusas, principalmente por parte das mulheres, o que ocasionava a pretensão de ingresso da moça a uma vida religiosa, o que quase nunca era consentido; e também ocasionavam raptos ou simulavam “um rapto fugindo com seu homem desejado e acabavam por casarem-se e, mais tarde, o fato às vezes chegava a ser reconhecido pelas famílias” (MARCOLINO, 2010). Nessa época, por volta do século X, a igreja não tinha total participação ainda nas cerimônias, no entanto, os teólogos davam a maior importância ao ato sexual e isso favorecia ainda mais os raptos, pois bastava aos raptos terem uma relação sexual com a mulher para consolidarem os laços matrimoniais. Nesses casos, é inegável a existência de uma atração, afetividade ou mesmo amor entre o casal. No entanto, nesta época, para a igreja e para a sociedade, o casamento não tinha muito a ver com amor.

As relações conjugais durante a Idade Média eram caracterizadas como necessárias ao convívio social, se configurando como obrigação a ser cumprida, cenário em que o amor não era visto como essencial para a manutenção do casamento. A igreja via o casamento também como uma forma de reprimir o mal.

De acordo com a igreja, “o casamento tinha outra particularidade, entre Deus e o homem estabelecia um laço não bipolar, mas triangular: Deus, um homem e uma mulher” (DUBY, 1990b, p. 287). A alma e o corpo da mulher pertenciam a Deus e, depois do casamento, o marido toma posse apenas do corpo, podendo, assim, fazer o que bem entender com ele. Já as mulheres não tomavam posse do corpo do marido, só lhes deviam obediência total. “Um bom casamento era uma comunhão entre um homem e uma mulher, mas, segundo os ensinamentos morais da igreja, ele só era realmente bom quando o homem governava e a mulher obedecia incondicionalmente” (DUBY, 1990b, p. 367). O amor que deveria existir entre o casal era o amor fraterno, sem o desejo carnal. O ato sexual deveria ter apenas a função procriadora e o prazer sentido mesmo nas relações que visavam à procriação era condenado pelos religiosos.

Na idade Moderna, mais precisamente nos fim do século XVIII, o ideal de amor romântico começa a aparecer como um legado do amor cortês característico da era pré-moderna. O surgimento dessa nova configuração de amor, refletida na literatura romântica, acarretou significativas mudanças no modo de conceber o casamento. “as ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior” (GIDDENS, 1993, p.54). As ideias associadas ao amor

romântico começam a vincular o amor com a liberdade, considerados estados desejáveis. “O amor apaixonado tem sido sempre libertador, mas apenas no sentido de gerar uma quebra da rotina e do dever.” (GIDDENS, 1993, p.50).

Com as transformações econômicas, uma grande demanda de trabalho operário leva, juntando-se aos homens, mulheres e crianças às fabricas, mão de obra barata e necessária ao sustento familiar. De qualquer forma, o lar é um ambiente separado do trabalho, um lugar no qual os indivíduos poderiam esperar apoio emocional da família. A mulher começa, então, a ocupar um novo papel nas relações conjugais. A criação do lar, a modificações nas relações entre pais e filhos e a questão da maternidade estavam ligadas a esse novo papel feminino. A separação do lar e o local de trabalho enfraquece o domínio direto do homem sobre a família e em contrapartida, o controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumenta, “o centro da família deslocou-se ‘da autoridade patriarcal para a afeição maternal. ’” (Mary Ryan, *The Cradle of the Middle Class*, *apud* Giddens, 1993, p.53).

Trazendo um contexto mais dinâmico, pelo menos em termos de perspectivas femininas, o final do século XIX e o século XX são marcados por acontecimentos que culminaram numa revolução sexual, e consequentemente numa nova concepção de casamento. Os movimentos feministas, o surgimento de contraceptivos (desvinculando a sexualidade da procriação), a inserção maior e mais diversificada da mulher no mercado de trabalho, etc. Aliado a isso, a nova constituição da família emerge em busca de um menor número de membros do que a de anteriormente. Esses eventos marcaram uma profunda transição na vida pessoal tanto de homens quanto de mulheres. Para estas, o surgimento de novas oportunidades. Somente no século XX, essas mudanças possibilitaram a elas viver a sua própria vida com o significado de deixar a casa paterna sem passar necessariamente pelo convencional casamento.

Com todas essas transformações ao longo dos séculos, podemos observar, como salienta Jablonsky (2003), como tem mudado a constituição da família tradicional caracterizada pela produção econômica conjunta, autoridade paterna, casamento com foco em aspectos funcionais; a família moderna, caracterizada por sua mobilidade, mais centrada nos sentimentos e na afeição e hoje a família pluralística, que tem como principal característica a aceitação e a convivência de várias formas de arranjos não tradicionais, como salienta Bassanezi ao dizer que:

a união com um parceiro do sexo oposto e a procriação envolvem aspectos que vão além da necessidade geral de reprodução e manutenção da espécie humana, envolvem aspectos culturais e históricos. Em outras palavras, união e procriação são também construções sociais, podem ser vivenciadas e

interpretadas de maneiras diferentes e mudar com o tempo. (BASSANEZI, 1990, p. 55)

Hoje em dia é comum se encontrar família com estruturas diferentes dos padrões anteriores-à Idade Moderna e até de algumas décadas atrás. Essa nova estrutura familiar se deve a uma série de transformações sociais, econômicas, biológico – científicas como, por exemplo, um controle maior da taxa de natalidade, maior número de divórcios e em consequência aumento do número de famílias chefiadas por um só cônjuge, com maior reincidência sobre as mulheres, novos casamentos tendo os cônjuges filhos de relacionamentos anteriores, grande número de pessoas vivendo sozinhas entre outras situações.

2. 2. A MULHER OCIDENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: DESDOBRAMENTOS

Para falar de mulher contemporânea, devemos, no mínimo, considerar, para além das transformações ocorridas ao longo dos séculos, e principalmente devemos pensar nos importantes acontecimentos, que modificaram o comportamento feminino, das últimas décadas. As lutas feministas, o controle sobre seu próprio corpo no que diz respeito à geração de filhos, maior acesso à escola e, conseqüentemente, às mais variadas profissões e à independência financeira, sem dúvida, foram um divisor de águas na história da mulher. Foram essas mudanças que tiraram, de certa forma, a mulher do seu quase que exclusivo mundo de ‘esposa-mãe’ ao qual permaneceu por muitas épocas e que, de certa forma, ainda é muito presente no ideário social.

Nas primeiras décadas do século XX, como afirma Rago (2008) havia um elevado número de trabalhadoras nas primeiras fábricas (de fiação e tecelagem) brasileiras. No entanto, com o avanço da industrialização e maior incorporação da força de trabalho masculina, esse número sofreu um grande decréscimo. Embora haja uma significativa referência a essas trabalhadoras da classe popular, na sua maioria costureiras, mulheres de todas as classes sociais tiveram que enfrentar muitas barreiras para entrar ou permanecer no mundo dos negócios ou trabalhos fora do lar.

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como ‘naturalmente masculino’. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um ‘bom partido’ para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. (RAGO, 2008, p. 581-582).

A rotina de trabalho dessas mulheres era bastante cansativa, chegando a 14 horas diárias, sempre com tarefas menos especializadas e mais mal pagas e sob a supervisão ou chefia de homens, o que favorecia os muitos abusos sofridos por elas. Não havia qualquer lei que pudesse protegê-las das péssimas condições de trabalho, da falta de higiene nas fábricas, do rígido controle disciplinar e do assédio sexual. Se por um lado a sociedade continuava se

modernizando, por outro as relações familiares e trabalhistas continuavam a se pautar por um forte moralismo em qualquer camada social. No entanto, Bertoldo e Pasqual (2010) se referem ao Movimento Feminista Internacional, como um movimento que

defendia principalmente que os seres humanos são essencialmente iguais, sem diferenças pré-determinadas pela condição sexual, e disseminava a ideia de que, ao eliminar as formas de dominação, também seriam eliminadas as diferenças culturais e sociais entre os sexos. (BERTOLDO e PASQUAL, 2010, p.11).

Já na década de 60, movimento das mulheres no Brasil pelo reconhecimento da condição feminina formou grupos que se organizaram e ganharam força política nas reivindicações relacionadas à sexualidade, violência, saúde, formação profissional e mercado de trabalho.

Os grupos eram formados por mulheres que se preocupavam com problemas relativos à anistia política, custo de vida, salários baixos, crianças desnutridas etc. Por esta razão passou a ser tratado como Movimento de Mulheres. (BERTOLDO e PASQUAL, 2010, p.11).

Nesse contexto, a influência do movimento de emancipação feminina surgiu como algo transformador das relações de gênero, uma vez que favoreceu uma entrada mais acentuada da mulher no mercado de trabalho e suas consequências, como por exemplo, casamentos mais tardios, diminuição do número de filhos, aumento do conflito gerado pela busca da igualdade de direitos, entre outras coisas.

Se por um lado a repercussão desse movimento ganhou força ao longo das décadas, a tradições seculares ainda se encarregam de distinguir ou delimitar o espaço do homem e o da mulher dentro de um contexto social e assim, podemos perceber que, apesar dos avanços, ainda há muito a se fazer e a se conquistar.

Silva (1995) traz algumas considerações interessantes no que diz respeito à mulher em suas relações com seu próprio corpo. Esse corpo às vezes (ou quase sempre) ignorado, vigiado, espancado, estigmatizado e condicionado aos interesses de outra pessoa (pai, marido, namorado). Questões religiosas, sociais, midiáticas e jurídicas são observadas como

instrumento de subjugação do corpo feminino, como se não bastasse a velha máxima do sexo frágil, principalmente pela questão da ‘fragilidade’ física.

Adentrando em questões jurídicas, podemos pensar no tabu da virgindade, na traição, no trabalho (fora do lar), entre outras coisas. Nunca foi exigido do homem que ele se mantivesse virgem para o casamento, pelo contrário, as experiências sexuais sempre foram lhes estimuladas, mas até bem pouco tempo, com o aval da justiça, ele poderia ‘devolver’ a mulher logo após o casamento, no caso de comprovação de sua experiência sexual anterior às núpcias. Também com o casamento, a mulher perdia um ou mais sobrenomes de sua família de origem para ter um novo sobrenome do marido. No caso de um parto complicado, ficava a cargo do marido, escolher entre a vida do filho ou da esposa. Assim, “Quem não tem poder de decisão sobre o seu destino, não é livre, logo, é um ser sem autonomia deslocado do tempo, da história, apenas uma imagem captada pelo espelho retrovisor...” (SILVA, 1995, p. 112). Há também as lutas pela conquista do direito de votar, por causas trabalhistas, por questões relativas a casamento e divórcio. É interessante lembrar que essas e outras considerações não fazem parte de um passado remoto.

A imposição jurídica sobre o corpo feminino é mais eficaz, mais insidiosa, e é onde a manipulação ideológica é mais anestesiante. O direito por meio das normas jurídicas determina o que é legal na utilização do nosso corpo, diz o que devemos fazer com ele, como ele deve ser empregado com fator de produção, como devem ser mediadas suas relações com outros corpos, e como ele deve ser remunerado. (SILVA, 1995, p. 113)

Voltando um pouco mais no tempo, Freyre (2004) destaca essa tradicional questão de gêneros, ao descrever de forma clara as diferenças comportamentais reforçadas socialmente, reafirma a ideia de submissão feminina ao homem e a falta de autonomia da mulher para com seu próprio corpo:

À exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como o que dominou longo tempo no Brasil – convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a

ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele tiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino. (FREYRE, 2004, p. 207-208)

É sabido que nas últimas quatro décadas houve constantes mudanças, mas não se pode esquecer também que ainda há mulheres sendo agredidas verbal e fisicamente por seus companheiros, há mulheres ganhando menos que homens, mesmo desempenhando igual função, há mulheres que casam ou permanece infelizes em um casamento por uma imposição social, há mulheres julgadas e condenadas socialmente por uma conduta considerada fora do padrão estabelecido, há mulheres ‘(in)visíveis’ por não se submeterem a todos os ditames sociais, enfim, há mulheres e mulheres.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar, como foi dito antes, as lutas, mudanças, conquistas que aconteceram, acontecem dia a dia e continuarão a acontecer (às vezes com passos lentos). Ser um pouco mais ‘dona’ do próprio corpo no que diz respeito ao controle da maternidade e a inserção maciça da mulher nas escolas e universidades, foram fatores que deram a ela um maior poder de escolha. Profissões mais diversificadas e consequentemente atuação em todos os setores profissionais, destacando-se aqueles que sempre foram predominantemente ocupados pelo homem, como a política, as engenharias, o transporte de carga, entre outros, fizeram da mulher alguém com dupla, tripla, múltiplas funções atuais, sem abrir mão das mais antigas.

Mesmo depois de todas essas mudanças, mulheres que não se casaram e constituíram família, ainda são ‘alvos’ de uma sociedade que insiste em manter amarradas determinadas concepções tradicionalista, principalmente no que se refere ao casamento. As mulheres hoje querem ter uma profissão e sem dúvida estão mais preparadas para isso (diferente daquela ‘do lar’), ter independência financeira, e consequentemente maior poder de decisão em relação a quando, com quem casar e se querem casar, embora ainda exista certa pressão pra que essa escolha seja feita por uma vida a dois. É a independência financeira que a faz de alguma forma ser vista com mais naturalidade.

Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre descreve a condição de mulher solteira (e não mais disponível para o casamento), na sociedade patriarcal, como basicamente uma funcionária ou escrava, quase que parte não integrante da família, uma vez que apenas participava dos serviços domésticos e não estava presente em festas ou passeios familiares.

Nos sobrados, a maior vítima do patriarcalismo em declínio (com o senhor urbano já não se dispondo a gastar tanto como o senhor rural com as filhas solteiras, que dantes eram enviadas para os recolhimentos e os conventos com grandes dotes) foi talvez a solteirona. Abusada não só pelos homens, como pelas mulheres casadas. Era ela que nos dias comuns como nos de festa ficavam em casa o tempo todo, meio governante, meio parente-pobre, tomando conta dos meninos, botando sentido nas escravas, cozendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casadouras iam ao teatro ou a igreja. Nos dias de aniversário ou de batizado, quase não aparecia às visitas, ficava pela cozinha, pela copa, pelos quartos ajudando a enfeitar os pratos, a preparar os doces, a dar banho nos meninos, a vesti-los para a festa. Era ela também que cuidava dos santos – enchendo de joias e teteias o Menino Deus, Santo Antônio, Nosso Senhor. Sua situação de dependência econômica absoluta fazia dela a criatura mais obediente da casa. Obedecendo até as meninas e hesitando em dar ordens mais severas às mucamas. (FREYRE, 2004, p. 245-246).

Em tempos recentes, a expansão no aspecto cultural e profissional deu à mulher a condição de dona de si, de seu corpo, de suas ideias, de seu dinheiro e de sua liberdade no que diz respeito a certas escolhas que ela não costumava ter. Sempre teve o pai e depois o marido ou quem quer que fosse a figura do sexo masculino para ditar as regras e estas serem cumpridas sem nenhum questionamento.

Um bom exemplo dessa situação é narrado por Alina Paim, em seu livro *A sobra do Patriarca*, no qual é contada a história de tio Ramiro, usineiro de Fortaleza e sua família que vive à sua sombra, submetida às suas regras. A memória, nesse texto, é um recurso recorrente para o melhor entendimento da narrativa, uma vez que é a partir dessas memórias que vão sendo construídas as identidades de cada personagem da trama. Numa segunda parte do romance, nos é apresentado um casal de idosos, também fazendo parte da família de Ramiro, que, por serem da parte pobre, são desprezados pelo usineiro, não recebendo nenhuma ajuda financeira deste.

Além da luta de classes, é possível perceber, nesse ambiente regido pelo patriarcalismo, a condição da mulher como uma extensão do poder exercido pelo homem, mantendo aquela a unidade do lar e obedecendo às regras impostas pelo patriarca.

Embora o ambiente da usina se mostre moderno e cheio de mudanças técnicas, as relações humanas continuavam caóticas, frias, desprovidas de dignidade. Não havia direito, apenas deveres, principalmente para as mulheres. Os excluídos não têm voz nem vez nesse sistema amplamente autoritário, cujo expoente maior é o senhor de engenho (pai, marido e

patrão), que detém o poder econômico, social e familiar, alicerçado na tradição patriarcal do século XIX.

O início da história começa com a chegada de Raquel, sobrinha de Ramiro, que vai com seu pai passar as férias na usina. Raquel é moça de cidade grande, crítica, observadora e de personalidade forte, que se vê sozinha em um ambiente totalmente diferente daquele que lhe é familiar. Seu pai retorna à cidade para trabalhar e ela adoece na usina, ficando, dessa forma, em meio ao mundo rural, onde o ser humano é apenas um instrumento de usos e desuso se seu senhor.

Raquel tem uma visão diferente das outras mulheres da família, ela não concorda com a submissão a que é imposta, possui voz própria, conseguindo, portanto, a duras penas, e desvencilhar das regras impostas à mulher inserida nesse sistema patriarcal. Raquel não se enquadra nas práticas sociais ditadas pelos códigos vigentes, porque não aceita levar a mesma vida que sua mãe e suas tias levaram. Ao contrário delas, a protagonista estudou, formou-se professora e era independente, coisa rara naquela região. Assim, ela não compartilhava das mesmas visões das outras mulheres da família, possuía ideias próprias, não estava oprimida pelo patriarca, ao contrário, muitas vezes o enfrentava.

Ramiro é um homem que vive na modernidade, mas não admite a ideia de homem moderno. Sempre procurava por melhoramentos tecnológicos, no entanto não consegue se desvencilhar da sua estrutura social arcaica. Para ele, a valorização material é muito maior que a valorização humana. Assim, seu autoritarismo estava acima de tudo, era o senhor de todos os que estavam à sua sombra, a família nas mãos dele era um mero instrumento de manipulação, todos eram parte de sua propriedade, o que ‘legitima’ de alguma forma o seu poder quase que absoluto.

A história da família vem sofrendo alterações ao longo dos anos. A partir do patriarcalismo, a família passa a ser propriedade privada do senhor e a mulher, mero objeto de propriedade. É o bem simbólico da dicotomia em que a representação masculina está associada ao poder, logo, apenas cabe a ela o seu micro papel de objeto, ser inferior e de exclusão nesse sistema dominado por seus senhores e ‘donos’.

A institucionalização do poder masculino, em detrimento da neutralização do feminino, é reforçada por outras camadas institucionais (Igreja, Escola, Estado e Família). Isso funciona como uma máquina simbólica que reforça como o mundo sociocultural trabalha a questão do corpo, colocando-o como algo a ser vigiado, mantido sempre preso às regras, como instrumento de dominação.

Atualmente o contexto histórico-social é outro e, como em outras áreas, a mulher

agora tem maior possibilidade de opções no que diz respeito às questões mais pessoais como casamento, filhos, relacionamentos e, dentre essas opções, ficar solteira por mais tempo ou definitivamente vem sendo algo pensado e posto em prática de forma considerável. Embora ainda existam algumas resistências sociais quanto a isso, já que parece haver uma ‘campanha’ geral a favor do casamento (desde a família, os amigos, os colegas de trabalho, os programas de televisão, filmes, séries e mais uma porção de coisas), o número de mulheres solteiras vem crescendo acentuadamente. É claro que existem fatores e fatores que podem influenciar uma situação de envolvimento entre um casal e até um possível casamento. Há mulheres solteiras por opção, o que não é motivo para acharmos que há algo de errado com elas e há mulheres solteiras por falta de oportunidade, o que também não é um determinante para que ele seja uma infeliz e solitária. O que não vale é generalizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho de conclusão procurou analisar alguns pontos referentes ao tema aqui proposto. A leitura do conto *Os laços de família* nos apresentou a possibilidade de analisar a questão da representação do feminino na personagem, considerando a relação desta com outros personagens do conto.

É notória a certeza de que Clarice Lispector foi capaz de a seu modo denunciar o silêncio imposto às mulheres, através de anos de reclusão no espaço do lar. Percebemos através do interior de suas personagens, as suas insatisfações, as angústias, seus grandes questionamentos como são apresentadas Catarina e Severina do conto “*Laços de família*”.

Em *Os laços de família*, as relações familiares, a insegurança, a falta de conversa nos revelam que é preciso viver, pois no conto percebemos o doloroso experimento da convivência, a partir do momento que Severina foi passar alguns dias na casa da filha, trazendo à tona determinados aspectos familiares, através de uma convivência suportável, embora desagradável.

Notamos que as personagens femininas no conto, são mulheres que, a nosso ver, nos faz refletir sobre as várias Marias, Rafaelas, Helenas, ou seja, mulheres reais as quais podemos encontrar todos os dias em nosso caminho. Diríamos também que o pioneirismo de Clarice teve um forte aspecto e que em *Laços de família* predomina a representação do feminino. Catarina e Severina agem, provocam, em algum momento se impõem. Antônio é o marido acomodado, prático, que quer manter a ‘ordem’ de acordo com a sua conveniência.

A partir das leituras utilizadas e do conhecimento literário, das informações que nos permite determinadas considerações do feminino na literatura e da família, pudemos perceber o lugar de destaque ocupado pela escritora brasileira, tendo em vista sua posição pioneira na trajetória da narrativa de autoria feminina.

O livro *Laços de família* de Clarice Lispector é composto por 13 contos cuja primeira edição datada em 1960, sendo sua maioria representação do perfil feminino. Essa obra contista específica traz enfoques e elementos bastante variados sobre as relações e os conflitos interpessoais a partir da posição social desempenhada pela figura feminina enquanto esposa mãe e dona de casa. Está presente em boa parte do conto insatisfação das personagens com a

vida a partir da incompatibilidade e do individualismo das pessoas que as rodeiam, da falta de conhecimento de si mesma e da insatisfação da mulher com sua posição social sancionada dentro da sociedade.

Essa análise nos permitiu ver a variação de corpos presentes na obra de Clarice, de acordo com a perspectiva do feminino, atrelado aos textos de Elóida Xavier (2007). Por muito tempo, as mulheres que se aventuravam no texto literário eram obrigadas a romper barreiras patriarcais que as confinavam às ocupações domésticas. Devido a esse fato, as mulheres que apresentavam alguma capacidade ou habilidade para o trabalho artístico tinham que percorrer um caminho mais árduo que os homens, pois eram instadas a dar, mesmo que indiretamente, explicações à sociedade relativas ao seu desejo de compor trabalhos artísticos. Diferentemente do homem, para quem esta atividade já é algo naturalizado ao longo do tempo, a mulher precisava buscar sua identidade e impor seu lugar merecido.

Considerações como essas nos remetem à questão dos direitos e deveres femininos atrelados à constituição familiar e, conseqüentemente, a uma das instituições mais antigas da história do homem e da civilização – o casamento. A história da mulher e do casamento se cruza em diversos pontos desde tempos remotos.

Ao analisar a obra de Clarice Lispector, percebe-se que a escritora está o tempo todo problematizando o papel social da mulher e suas personagens femininas costumam demonstrar uma insatisfação e incompletude latentes. As personagens, na escrita de Clarice Lispector, estão em meio a uma rotina rígida de imposições sociais e deparam-se com uma situação em que tudo que era certo e estável vai ser desmoronado, seja o casamento e/ou as relações familiares como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, M. de F. Amor, Casamento e Sexualidade: velhas e novas configurações. Universidade Estadual Paulista, 2002.

BASSANEZI, Carla Beozzo. Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, 499p.

CARVALHO, Débora Jucely. A conquista da cidadania feminina. Net, junho 2011. Revista Multidisciplinar da UNESP. Saber acadêmico, nº 11, p. 143 – 153. Disponível em <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista11/pdf/artigos/12.pdf>> Acesso em: 03/01/2015.

DUBY, Georges. Historia das mulheres [no ocidente]. Georges Duby, Michelle Perrot (org); tradução de Maria Helena da Cruz Coelho... [et. al.]. vol. 1. Porto [Madrid]: Ed. Afrontamento, 1990a.

DUBY, Georges. Historia das mulheres [no ocidente]. Georges Duby, Michelle Perrot (org); tradução de Maria Helena da Cruz Coelho... [et. al.]. vol. 2. Porto [Madrid]: Ed. Afrontamento, 1990b.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcalismo e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP, 1993, 228 p.

JABLONSKY, Bernardo. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. Terezinha Féres-Carneiro (org.). Rio de Janeiro, RJ: PUC - RJ, São Paulo, SP: Loyola, 2003. 319 p.

LISPECTOR, Clarice. Laços de família. Ed. Rocco, 1998.

PAIM, Alina. A sombra do patriarca. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1950

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos), 9ª edição, 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008, 668 p.

SILVA, Maritza Maffei. Mulher, identidade fragmentada. In Corpo, mulher e sociedade. Elaine Romero (org.); Campinas, SP: Papirus, 1995, 308p.

XAVIER, Elódia. Que corpo é esse? o corpo no imaginário feminino / Elódia Xavier. – Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

BERTOLDO, Maria G. da S.; PASQUAL, Silvana A. A mulher e sua atuação na sociedade ocidental. Revista UniABC – v. 1, n. 2, 2010. Disponível em <http://www.uniabc.br/site/revista/pdfs/2/15.pdf> - acessado em 12/12/2010.

Casamento na Roma Antiga. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Casamento_na_Roma_Antiga - acessado em 25/12/2014

Casamento na Grécia Antiga. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Casamento_na_Gr%C3%A9cia_Antiga – acessado em 25/12/2014

O casamento e o amor na idade média. Disponível em: <http://historianovest.blogspot.com/2010/01/o-casamento-e-o-amor-na-idade-media.html> acessado em 25/12/2014